

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.
- Nas questões a seguir, a sigla DP, sempre que empregada, refere-se a Defensoria Pública ou defensor público, conforme o contexto. As siglas subsequentes, sempre que utilizadas, devem ser interpretadas de acordo com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: ADCT = Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; CDC = Código de Defesa do Consumidor; CF = Constituição Federal de 1988; CIDH = Corte Interamericana de Direitos Humanos; CNJ = Conselho Nacional de Justiça; CP = Código Penal; CPC = Código de Processo Civil; CPP = Código de Processo Penal; DPE/PA = Defensoria Pública do estado do Pará; DPG = defensor público geral; ECA = Estatuto da Criança e do Adolescente; ICMS = imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação; INCRA = Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; IPI = imposto sobre produtos industrializados; IPTU = imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana; ISSQN = imposto sobre serviços de qualquer natureza; ITBI = imposto sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física; ITCMD = imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos; ITR = imposto sobre a propriedade territorial rural; MP = Ministério Público; OAB = Ordem dos Advogados do Brasil; OIT = Organização Internacional do Trabalho; ONU = Organização das Nações Unidas; RGPS = regime geral de previdência social; RPPS = regime próprio de previdência social; SNUC = Sistema Nacional de Unidades de Conservação; STF = Supremo Tribunal Federal; STJ = Superior Tribunal de Justiça; TPI = Tribunal Penal Internacional.

-- PROVA ESCRITA OBJETIVA --

Questão 1

De acordo com a CF, observada a legislação eleitoral, são condições de elegibilidade para o cargo de deputado estadual, entre outras,

- ☐ A a filiação partidária, a idade mínima de vinte e um anos e o domicílio eleitoral na circunscrição, não sendo obrigatório o alistamento eleitoral.
- ☐ B a nacionalidade brasileira, a filiação partidária e a idade mínima de vinte e um anos, não havendo previsão de idade máxima.
- ☒ C a nacionalidade brasileira, a idade mínima de vinte e um anos e o alistamento eleitoral, não sendo obrigatória a filiação partidária.
- ☐ D o nascimento no Brasil, o alistamento eleitoral e a filiação partidária, não havendo previsão de idade máxima.
- ☐ E o nascimento no Brasil, a idade mínima de vinte e um anos e o domicílio eleitoral na circunscrição eleitoral, não sendo obrigatória a filiação partidária.

Questão 2

O Conselho da Justiça Federal atua

- ☐ A junto ao STJ, cabendo-lhe exercer a supervisão administrativa e orçamentária da justiça federal de primeiro e segundo graus, com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante.
- ☐ B junto ao CNJ, cabendo-lhe exercer apenas a supervisão orçamentária das justiças federal, do trabalho e eleitoral, sem poderes correicionais ou decisórios.
- ☒ C junto ao STJ, cabendo-lhe exercer a supervisão administrativa e orçamentária das justiças federal, do trabalho e eleitoral, sem poderes correicionais e sem previsão de caráter vinculante para suas decisões.
- ☐ D junto ao STF, cabendo-lhe exercer a supervisão administrativa e orçamentária da justiça federal de primeiro e segundo graus, com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante.
- ☐ E junto ao STF, cabendo-lhe exercer apenas a supervisão orçamentária do Poder Judiciário e do CNJ, sem poderes correicionais ou decisórios.

Questão 3

Considerando a jurisprudência majoritária e atual do STF a respeito da legitimidade da DP para o ajuizamento de ação civil pública, assinale a opção correta.

- ☐ A O STF entendeu que a referida questão é infraconstitucional e depende do exame da legislação processual, tendo negado a existência de repercussão geral sobre o tema.
- ☐ B A DP tem legitimidade ampla para a propositura de ação civil pública que vise promover a tutela judicial de direitos difusos e coletivos.
- ☒ C A DP não possui legitimidade para a propositura de ação civil pública. Contudo, pode atuar no polo ativo como assistente do MP na defesa dos direitos dos hipossuficientes e das pessoas necessitadas.
- ☐ D A DP tem legitimidade para a propositura de ação civil pública que vise promover a tutela judicial de direitos difusos e coletivos de que sejam titulares, em tese, pessoas necessitadas.
- ☐ E A DP não possui legitimidade para a propositura de ação civil pública, uma vez que apenas o MP possui legitimidade para defender em juízo direitos difusos e coletivos.

Questão 4

O produto da arrecadação do imposto sobre a renda da pessoa física (IRPF), cobrado na fonte e incidente sobre os rendimentos pagos por uma autarquia do estado do Pará a seus servidores, pertence

- ☐ A à União.
- ☐ B ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios, devendo ser repartido com estados e municípios na forma da legislação.
- ☒ C à União, devendo ser repartido com os estados e municípios por meio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e do Fundo de Participação dos Municípios.
- ☐ D ao estado do Pará.
- ☐ E ao estado do Pará, devendo ser repartido com os respectivos municípios por meio do FPM.

Questão 5

A eficácia horizontal direta dos direitos fundamentais (*unmittelbare Drittwirkung*) é uma teoria atribuída ao jurista Hans Carl Nipperdey, o qual buscava superar a teoria clássica e demonstrar novas modalidades de violações de direitos fundamentais, até então não reconhecidas pela teoria mais tradicional, como a defendida por Jellineck.

Constitui exemplo de aplicação inovadora da teoria da eficácia horizontal direta dos direitos fundamentais

- Ⓐ o ajuizamento de ação trabalhista contra uma fundação pública para que ela adote medidas concretas para a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos.
- Ⓑ a interposição de mandado de segurança para exigir que as universidades públicas tenham banheiros designados para atender a pessoas transgêneros.
- Ⓒ a propositura de *habeas corpus* para garantir a inviolabilidade do corpo do paciente e fazer valer a sua negativa para a realização de exame de DNA exigido pela autoridade policial.
- Ⓓ a exigência de um cliente para que uma empresa privada, concessionária de serviço público de energia, respeite seu direito constitucional de inviolabilidade de domicílio, quando tal ingresso seja necessário à continuidade do serviço público em questão.
- Ⓔ a exigência para que uma escola particular tenha de observar o contraditório e a ampla defesa ao expulsar um aluno, mesmo que o contrato entre as partes estabeleça o contrário.

Questão 6

Uma pessoa física necessitada solicitou à DP o patrocínio da instituição para o ajuizamento de uma ação penal privada subsidiária da pública.

Nessa situação hipotética, se entender inexistir hipótese de atuação institucional, o DP responsável pelo atendimento à referida pessoa deverá

- Ⓐ solicitar a redistribuição do pedido, que será sorteado entre os DPs da mesma comarca ou, na falta deles, entre os DPs da capital.
- Ⓑ arquivar o pedido, cabendo recurso ao defensor-chefe da respectiva comarca.
- Ⓒ dar imediata ciência ao DPG, que decidirá a controvérsia, indicando, se for o caso, outro DP para atuar.
- Ⓓ arquivar o pedido e encaminhar cópia dele ao núcleo de defensores dativos da OAB, pois a DP não tem competência para atuar no polo ativo de ações penais.
- Ⓔ solicitar que seu chefe imediato indique outro DP. Havendo negativa de todos os DPs da respectiva seccional, caberá recurso ao DPG.

Questão 7

De acordo com a jurisprudência do STJ sobre direito de propriedade, alienação fiduciária em garantia, contrato de seguro, direitos da personalidade e direito de família, assinale a opção correta.

- Ⓐ Nos denominados "condomínios de fato", as taxas criadas por associações de moradores são obrigatórias aos não associados que se beneficiarem de serviços prestados à coletividade.
- Ⓑ A teoria do adimplemento substancial se aplica a todo e qualquer contrato de alienação fiduciária em garantia de bem móvel.
- Ⓒ A embriaguez do segurado que falece em acidente automobilístico é, por si só, causa suficiente a eximir a responsabilidade da seguradora em seguro de vida.
- Ⓓ A verba recebida pelo genitor alimentante a título de horas extras integra a base de cálculo para o pagamento de pensão alimentícia que for fixada em percentual sobre seus rendimentos.
- Ⓔ O direito à indenização por danos morais somente se transmite aos sucessores caso já haja sentença judicial fixando verba indenizatória no momento do óbito.

Questão 8

De acordo com Código Civil, se apenas um dos credores solidários demandar o devedor, em processo judicial, a respeito do crédito devido,

- Ⓐ o juiz deverá determinar o ingresso de todos os credores solidários como litisconsortes necessários no processo, sob pena de nulidade.
- Ⓑ a sentença judicial, seja ela favorável ou desfavorável a um dos credores solidários, atingirá os demais credores.
- Ⓒ a sentença judicial, seja ela favorável ou desfavorável a um dos credores solidários, não atingirá os demais credores nem poderá ser aproveitada por eles.
- Ⓓ a sentença judicial favorável a um dos credores solidários aproveitará aos demais, sem prejuízo de exceção pessoal que o devedor tenha contra outro credor.
- Ⓔ a sentença judicial desfavorável a um dos credores solidários fará coisa julgada para todos os outros demais credores.

Questão 9

De acordo com a jurisprudência do STJ, para que haja direito real de habitação, conferido ao cônjuge sobrevivente, relativamente ao imóvel destinado à residência da família,

- Ⓐ deve haver regime de comunhão universal ou parcial de bens e o imóvel deve ser o único dessa natureza.
- Ⓑ deve haver regime de comunhão universal ou parcial de bens e o imóvel deve integrar o patrimônio comum no momento da abertura da sucessão.
- Ⓒ o imóvel deve ser o único dessa natureza e integrar o patrimônio comum ou particular do cônjuge falecido no momento da abertura da sucessão.
- Ⓓ o imóvel deve integrar o patrimônio comum ou particular do cônjuge falecido no momento da abertura da sucessão e o cônjuge sobrevivente não pode ter outro bem imóvel.
- Ⓔ o imóvel deve integrar o patrimônio comum no momento da abertura da sucessão e o cônjuge sobrevivente não pode ter outro bem imóvel.

Questão 10

Ao final do contrato, o comodatário, possuidor de boa-fé, que tiver realizado benfeitorias em bem imóvel

- A** não será indenizado pelas referidas benfeitorias, sejam elas necessárias, úteis ou voluptuárias.
- B** deverá ser indenizado pelas benfeitorias necessárias ou úteis, e terá direito de levantar as benfeitorias voluptuárias que não lhe forem pagas, desde que isso não gere prejuízo à coisa.
- C** deverá ser indenizado apenas pelas benfeitorias necessárias, e terá direito de levantar apenas as benfeitorias úteis que não lhe forem pagas, desde que isso não gere prejuízo à coisa.
- D** deverá, obrigatoriamente, ser indenizado pelas benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias.
- E** deverá ser indenizado apenas pelas benfeitorias necessárias, e terá direito de levantar as benfeitorias úteis ou voluptuárias que não lhe forem pagas, desde que isso não gere prejuízo à coisa.

Questão 11

De acordo com a Lei n.º 8.245/1991, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos, a exigência, pelo locador, de pagamento antecipado do aluguel pelo locatário

- A** se encontra expressamente vedada em qualquer hipótese de contrato.
- B** somente será permitida na hipótese de locação para temporada.
- C** estará autorizada em qualquer hipótese de contrato regulamentado pela referida lei.
- D** apenas será permitida na hipótese de o contrato não estar assegurado por alguma das modalidades de garantia previstas na referida lei.
- E** poderá ser feita na hipótese de locação para temporada ou se o contrato não estiver assegurado por alguma das modalidades de garantia autorizadas pela lei.

Questão 12

À luz das disposições do direito civil a respeito de pessoas naturais, pessoas jurídicas, obrigações e contratos em espécie, julgue os itens que se seguem.

- I A validade da doação feita ao nascituro dependerá da aceitação por parte de seu representante legal.
- II O registro da pessoa jurídica no órgão ou entidade competente possui natureza constitutiva.
- III O contrato estimatório possui natureza real quanto ao momento de seu aperfeiçoamento.
- IV A eficácia da cessão de crédito dependerá da anuência, expressa ou tácita, do devedor.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** II e IV.
- C** III e IV.
- D** I, II e III.
- E** I, III e IV.

Questão 13

Os agentes A e B praticaram um assalto contra a vítima X, que tinha dezessete anos de idade na data do fato. Durante o assalto, A aproveitou-se da situação de coação da vítima X e, contra a vontade desta, com ela praticou conjunção carnal, enquanto B, sabendo da intenção de A, ficou vigiando o local, sem, entretanto, assistir ao ato sexual.

Nessa situação hipotética,

- A** A praticou roubo circunstanciado e estupro simples, enquanto B só responderá por roubo circunstanciado.
- B** A praticou roubo circunstanciado e estupro qualificado, enquanto B só responderá por roubo circunstanciado.
- C** A e B responderão por roubo circunstanciado e estupro simples.
- D** A e B responderão por roubo circunstanciado e estupro qualificado, mas B responderá apenas como partícipe do crime de estupro.
- E** A e B responderão por roubo circunstanciado e estupro qualificado.

Questão 14

A compreensão do erro das discriminantes putativas — com previsão em dispositivo do Código Penal — sobre os pressupostos fáticos da causa de justificação como erro de tipo decorre da teoria

- A** psicológica da culpabilidade.
- B** causal-naturalista.
- C** psicológico-normativa.
- D** extremada da culpabilidade.
- E** limitada da culpabilidade.

Questão 15

É considerado(a) como crime formal

- A** o roubo simples.
- B** o furto simples.
- C** a extorsão simples.
- D** a fraude à execução.
- E** a apropriação indébita simples.

Questão 16

Ao indivíduo não reincidente, condenado por tentativa de roubo a uma pena de um ano e quatro meses, será cabível

- A** apenas a adoção do regime aberto.
- B** a aplicação de pena restritiva de direito.
- C** a conversão da pena aplicada em multa.
- D** o livramento condicional.
- E** a suspensão condicional da pena.

Questão 17

De acordo com as disposições da Lei Antidrogas (Lei n.º 11.343/2006), o agente que financia e vende drogas ilícitas pratica o tipo penal

- A** tráfico de drogas em concurso material com o tipo penal financiamento do tráfico.
- B** tráfico de drogas majorado.
- C** tráfico de drogas em concurso formal com o tipo penal financiamento do tráfico.
- D** financiamento do tráfico na sua forma qualificada.
- E** tráfico de drogas na sua forma simples.

Questão 18

Na situação em que o agente pratica discriminação racial em meio de comunicação social, tem-se um exemplo de

- A causa de aumento de pena.
- B qualificadora.
- C causa de diminuição de pena.
- D agravante.
- E circunstância sem previsão legal, razão porque deverá ser avaliada na pena-base.

Questão 19

Alienado o objeto litigioso no curso do processo e não permitido o ingresso do adquirente no feito pela parte contrária, o autor atuará como

- A substituto processual.
- B litisconsorte.
- C chamado.
- D denunciado.
- E assistente simples.

Questão 20

De acordo com o STJ, quando a parte não interpõe o competente recurso contra decisão que lhe foi desfavorável, deixando de impugnar a matéria no momento processual oportuno, configura-se a preclusão

- A consumativa, apenas.
- B temporal, apenas.
- C lógica e consumativa.
- D lógica, apenas.
- E lógica e temporal.

Questão 21

Constitui ato atentatório à dignidade da justiça, devendo o juiz aplicar ao responsável multa,

- A deixar de produzir provas determinadas pelo juiz.
- B praticar atos inúteis à defesa do direito.
- C apresentar defesa destituída de fundamento.
- D cumprir com inexactidão as decisões jurisdicionais.
- E praticar inovação no estado de fato de bem litigioso, em qualquer hipótese.

Espaço livre

Questão 22

Considere o seguinte calendário, relativo aos meses de setembro e outubro de 2021. Considere, ainda, que determinado defensor público tenha sido intimado pessoalmente no dia 6 de setembro de 2021 (segunda-feira) de sentença desfavorável ao patrocinado.

setembro						
dom	seg	ter	qua	qui	sex	sáb
			1	2	3	4
<u>5</u>	6	<u>7</u>	8	9	10	11
<u>12</u>	13	14	15	16	17	18
<u>19</u>	20	21	22	23	24	25
<u>26</u>	27	28	29	30		

outubro						
dom	seg	ter	qua	qui	sex	sáb
					1	2
<u>3</u>	4	5	6	7	8	9
<u>10</u>	11	<u>12</u>	13	14	15	16
<u>17</u>	18	19	20	21	22	23
<u>24</u>	25	26	27	28	29	30
<u>31</u>						

Nessa situação hipotética, o prazo final para esse defensor público apresentar apelação será o dia

- A 6 de outubro de 2021.
- B 7 de outubro de 2021.
- C 8 de outubro de 2021.
- D 20 de outubro de 2021.
- E 11 de outubro de 2021.

Questão 23

A regra geral no processo civil é que recurso não tenha efeito suspensivo; contudo, por determinação legal, possui tal efeito

- A agravo de instrumento.
- B suspensão de segurança.
- C apelação.
- D embargo de divergência.
- E recurso ordinário.

Questão 24

Quanto ao juizado especial cível, julgue os itens a seguir.

- I O juiz poderá extinguir o processo, independentemente de prévia intimação pessoal do autor, se este deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo.
- II Poderá o juiz deixar de aplicar os efeitos da revelia pelo não comparecimento do demandado à audiência de instrução e julgamento.
- III É vedado ao réu, na contestação, formular pedido em seu favor.
- IV As provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, desde que requeridas previamente.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

Questão 25

Sobre a competência em matéria penal, assinale a opção correta.

- A Verificar-se-á a competência por prevenção toda vez que, concorrendo dois ou mais juízes igualmente competentes ou com jurisdição cumulativa, um deles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato do processo ou de medida a este relativa, salvo se anterior ao oferecimento da denúncia ou da queixa.
- B A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumir a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução. Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumir fora dele, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução.
- C Nos crimes previstos no art. 171 do CP, quando estes forem praticados mediante a emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos, a competência será definida pelo local em que houver a recusa de pagamento.
- D A competência será determinada pela conexão quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.
- E Deverá haver a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou, quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação.

Questão 26

Assinale a opção correta no que tange aos meios de prova no processo penal.

- A Sem autorização judicial ou fora das hipóteses legais, é ilícita a prova obtida mediante abertura de carta, telegrama, pacote ou meio análogo.
- B São inadmissíveis, não podendo ser aproveitadas pela defesa ou pela acusação, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas com violação a normas constitucionais ou legais.
- C As partes do processo penal têm direito potestativo à produção das provas, não podendo o juiz controlar a pertinência ou relevância dos meios por elas indicados.
- D A decisão que afasta o sigilo telemático do investigado deve indicar os termos inicial e final dos dados aos quais a autoridade policial pode ter acesso.
- E A confissão é indivisível e irretratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.

Questão 27

O MP ofereceu denúncia contra Álvaro, José e Marcos, atribuindo ao grupo a receptação de um celular furtado. O primeiro foi absolvido. Os dois últimos foram condenados. José foi intimado da sentença por oficial de justiça e informou que não tinha interesse em recorrer, antes mesmo de consultar o DP que o assistia. Este, por sua vez, interpôs apelação, alegando excesso na pena aplicada. A defesa de Marcos apelou, pleiteando a absolvição com fundamento na atipicidade da conduta, pois o referido telefone celular não era produto de crime. O MP também apresentou recurso.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A Os recursos são voluntários. Porém, em se tratando de pessoa assistida por DP ou dativo, este deverá necessariamente impugnar a decisão que contrarie o interesse da parte. Na situação hipotética apresentada, o DP cumpriu seu encargo corretamente.
- B Caso haja manifestações antagônicas entre José e o seu defensor, deverá prevalecer a posição da parte, pois é ela quem efetivamente suportará as consequências do processo.
- C Após a subida dos autos ao tribunal, não pode o MP ou a defesa desistir do recurso.
- D Álvaro não tem interesse recursal em apelar contra a sentença, independentemente do fundamento utilizado na decisão absolutória.
- E Caso acolha o pedido de absolvição de Marcos pela atipicidade da conduta, o tribunal deverá estender os efeitos da decisão e absolver também José, julgando prejudicado o seu recurso.

Questão 28

Tendo em vista que a correlação entre a acusação e a sentença recebe tratamento específico no CPP, assinale a opção correta.

- A Se uma pessoa for acusada da prática de crime culposo por suposta negligência, mas as provas colhidas em juízo apontarem que ela agiu com imprudência, mostrar-se-á prescindível o aditamento da denúncia, uma vez que não haveria mudança nas consequências jurídicas decorrentes da alteração da narrativa.
- B Poderá o juiz aplicar a regra da *emendatio libelli* e condenar o acusado por crime culposo mesmo quando a denúncia narrar o delito em sua forma dolosa, por se tratar de situação mais favorável ao réu.
- C Quando a denúncia imputar ao acusado conduta que caracterize crime na modalidade consumada e, após encerrada a instrução, ficar demonstrado que o *iter criminis* não chegou a ser totalmente preenchido, será impróprio o aditamento da denúncia, podendo o juiz reconhecer a tentativa no momento da sentença.
- D Não será necessário o aditamento da denúncia quando a instrução demonstrar que não houve o emprego de violência ou grave ameaça para a consumação da subtração narrada na denúncia, podendo o juiz aplicar a regra da *emendatio libelli* e condenar o acusado por furto.
- E Se a acusação atribuir ao acusado a conduta prevista no núcleo do tipo penal e as provas demonstrarem que ele, na verdade, agiu instigando o autor da conduta criminosa, a sentença poderá condená-lo independentemente de aditamento, pois a participação é punida da mesma forma que a autoria delitiva.

Questão 29

Assinale a opção correta a respeito da interceptação telefônica.

- Ⓐ Por se tratar de medida que exige cuidadoso controle, não se admite o pedido de interceptação feito de forma verbal.
- Ⓑ A lei que dispõe sobre a interceptação telefônica estabelece que esta não pode ultrapassar o prazo de quinze dias, contados a partir da decisão que a defere, sendo admitida a renovação por igual período.
- Ⓒ Não se aplica às interceptações telefônicas a teoria do juízo aparente. Logo, as provas colhidas por meio de interceptação deferida por juiz que, posteriormente à decisão, seja declarado incompetente, serão ilícitas.
- Ⓓ Em regra, a interceptação telefônica só é admitida para investigar crimes punidos com reclusão. Porém, se, durante as gravações, forem descobertas infrações punidas com detenção, as provas colhidas poderão ser utilizadas ainda que não haja liame entre tais condutas e aquelas que ensejaram a decretação da medida, não havendo nulidade em tal postura.
- Ⓔ A interceptação telefônica é medida que gera efeitos no processo que lhe deu origem, não se admitindo o aproveitamento dos diálogos interceptados em outra ação penal como prova emprestada.

Questão 30

No que se refere ao procedimento relativo aos processos da competência do tribunal do júri, assinale a opção correta.

- Ⓐ A fase do sumário de culpa constitui etapa de admissibilidade da acusação e, por isso, admite-se que as declarações de testemunhas indiretas ouvidas apenas no inquérito sejam suficientes para a pronúncia do denunciado.
- Ⓑ O desaforamento pode ser requerido pelas partes ou por meio de representação do juiz competente se houver interesse de ordem pública, dúvida sobre a parcialidade dos jurados, risco à segurança do(s) acusado(s) ou excesso de serviço no juízo do tribunal do júri local.
- Ⓒ A ausência do oferecimento de alegações finais defensivas é causa de nulidade, pois viola o princípio da ampla defesa.
- Ⓓ De acordo com a jurisprudência do STJ, a leitura da sentença de pronúncia em plenário, por si só, é causa de nulidade.
- Ⓔ Violará o princípio constitucional da soberania dos veredictos o acórdão que absolver o condenado por homicídio, em sede de revisão criminal, sem submetê-lo a novo julgamento pelo tribunal do júri.

Questão 31

No caso de uma condenada que seja responsável por pessoa com deficiência, um dos requisitos específicos para a progressão de regime é

- Ⓐ não ter cometido crime punido com reclusão.
- Ⓑ ter cumprido um oitavo da pena no regime anterior.
- Ⓒ não ter cometido o crime contra ascendente.
- Ⓓ não ser reincidente específica em crime hediondo.
- Ⓔ a aptidão para o trabalho ou a posse de meios lícitos de subsistência.

Questão 32

Com base na Portaria MS/GM n.º 94/2014, que dispõe sobre a equipe de avaliação e acompanhamento das medidas terapêuticas aplicáveis à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei (EAP), assinale a opção correta.

- Ⓐ Constitui requisito para ser beneficiário dos serviços da EAP a comprovação de transtorno mental em incidente de insanidade mental. Adicionalmente, a pessoa tem de estar cumprindo medida de segurança.
- Ⓑ As avaliações dos incidentes de insanidade mental não podem exceder a sessenta dias, a contar da publicação, no diário oficial, dos membros designados para a EAP.
- Ⓒ Os serviços da EAP serão requisitados exclusivamente pelo juízo competente, após parecer do membro do MP e prévia comunicação ao órgão responsável pela custódia da pessoa a ser avaliada.
- Ⓓ A equipe interdisciplinar deve ser composta por três profissionais, sendo necessariamente um médico psiquiatra, um psicólogo e um assistente social.
- Ⓔ A EAP tem entre suas atribuições realizar avaliações biopsicossociais e acompanhar a execução da medida terapêutica adotada, garantindo a oferta de acompanhamento integral, resolutivo e contínuo.

Questão 33

De acordo com o que dispõe a Lei n.º 11.671/2008, que trata dos estabelecimentos penais federais de segurança máxima, nesses estabelecimentos

- Ⓐ o preso será recolhido em cela individual, com monitoramento de áudio e vídeo e banho de Sol de até uma hora diária.
- Ⓑ é vedado encontro íntimo, restringindo-se o direito de visita a, no máximo, três parentes maiores, no parlatório, separados por vidro e conectados por interfone.
- Ⓒ a permanência do preso será de até três anos, renovável por iguais períodos, quando motivado pelo juízo de origem, persistindo os requisitos e motivos que a determinaram.
- Ⓓ o direito de visitas somente poderá ser suspenso ou restrito por decisão devidamente fundamentada do juízo competente para a execução penal.
- Ⓔ as visitas poderão ser gravadas para serem utilizadas como meio de prova de crimes pretéritos ao ingresso do preso no estabelecimento ou que sejam executados posteriormente.

Questão 34

Com base na Resolução n.º 14/1994 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que dispõe sobre as regras mínimas para o tratamento do preso no Brasil, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em regra, o preso deverá desempenhar função ou tarefa disciplinar no estabelecimento prisional.
- Ⓑ O regime especial do preso provisório não inclui o direito de optar por pagar a própria alimentação e(ou) por usar seus pertences pessoais e roupas.
- Ⓒ Aos filhos de preso, com idade de zero a seis anos, será garantido o atendimento em creches e em pré-escola.
- Ⓓ São permitidas sanções disciplinares coletivas, como em caso de motim de presos que perturbe a ordem e a disciplina da prisão.
- Ⓔ Algemas e camisas-de-força poderão ser utilizadas como instrumento de punição ou medida de precaução contra fuga, por exemplo.

Questão 35

Se um preso condenado a pena privativa de liberdade for surpreendido logo após obter aparelho telefônico celular que lhe permita, de dentro da prisão, comunicar-se com sua família, tal conduta

- A** caracterizará falta disciplinar grave e poderá ser punida com repreensão.
- B** será classificada como falta média e poderá ser punida com advertência verbal.
- C** não constituirá uma falta consumada, atenuando a sanção a ser imposta, desde que se comprove que o preso não realizou ligações telefônicas com o aparelho por ele obtido.
- D** caracterizará falta que poderá ser punida com suspensão ou restrição de direitos por ato motivado do diretor do estabelecimento.
- E** caracterizará falta que poderá ser punida com o isolamento do preso na própria cela, desde que por prévio e fundamentado despacho do juiz competente.

Questão 36

De acordo com a legislação pertinente, entre outras funções, incumbe ao patronato público ou particular

- A** emitir parecer sobre indulto e comutação de pena e supervisionar o conselho da comunidade.
- B** prestar assistência aos albergados e egressos e orientar os condenados à pena restritiva de direitos.
- C** visitar, a cada trimestre, os estabelecimentos penais existentes na comarca.
- D** apresentar relatórios mensais ao juiz da execução e ao conselho penitenciário.
- E** diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhorar a assistência ao preso ou internado.

Questão 37

À luz das teorias sociológicas no âmbito da criminologia, assinale a opção que apresenta um exemplo de prevenção secundária.

- A** educação
- B** melhorias nas condições e oportunidades de trabalho
- C** programa de prevenção policial
- D** programa de combate à fome
- E** ressocialização de indivíduo encarcerado

Questão 38

A justiça restaurativa, como modelo de reação ao crime, se adequa ao modelo

- A** marxista.
- B** dissuasório.
- C** clássico.
- D** ressocializador.
- E** integrador.

Questão 39

Chama-se neutralização da vítima

- A** o abandono da vítima na relação jurídico-processual penal.
- B** a reparação do dano material sofrido pela vítima.
- C** a reinserção social da vítima após o trauma por ela sofrido.
- D** a atuação do Estado a fim de evitar a vingança privada.
- E** a possibilidade de participação da vítima na relação jurídico-processual penal.

Questão 40

A teoria do *labelling approach* entende o crime como

- A** o ato típico, ilícito e culpável, em respeito ao conceito formal de crime.
- B** uma conduta que deve ser punível em razão da periculosidade do autor do fato.
- C** um delito natural, inerente a tudo aquilo que o ser humano rejeita.
- D** uma agressão realizada por força física ou engano contra bens jurídicos protegidos.
- E** um mero subproduto final do controle social, constituindo um instrumento seletivo dentro da sociedade.

Questão 41

A figura do delinquente como um indivíduo que optou pelo mal, mesmo podendo e devendo respeitar a lei, decorre da escola

- A** moderna.
- B** marxista.
- C** correccionalista.
- D** positivista.
- E** clássica.

Questão 42

Uma lei do estado do Pará entrou em vigor e passou a exigir determinada certidão negativa dos interessados na participação de licitações e celebração de contratos com órgãos e entidades estaduais. Tal exigência não é prevista na Lei n.º 8.666/1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública.

Nessa situação hipotética, a lei estadual será

- A** constitucional, pois compete concorrentemente à União e aos estados o estabelecimento de normas gerais sobre o tema.
- B** constitucional, pois compete privativamente aos estados o estabelecimento de exigências sobre o tema.
- C** constitucional, pois é competência comum dos entes da Federação o estabelecimento de normas gerais sobre o tema.
- D** inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre normas gerais de licitações e contratos.
- E** inconstitucional, pois a competência legislativa conferida aos estados permite a exigência da certidão.

Questão 43

Segundo a CF, os servidores públicos, observada a iniciativa de cada caso, têm assegurada revisão geral anual de vencimentos. Conforme o entendimento do STF, essa revisão anual

- A** pode ter índice de correção definido judicialmente.
- B** deve ocorrer anualmente, sempre na mesma data.
- C** deve ocorrer sem distinção de índices.
- D** pode ser imposta pelo Poder Judiciário.
- E** não gera direito subjetivo a indenização.

Questão 44

Servidores públicos de determinado órgão público estadual praticaram as seguintes condutas:

- I Lucas percebeu vantagem econômica para intermediar a liberação de verba pública;
- II Pedro percebeu vantagem econômica para intermediar a aplicação de verba pública;
- III Marcos facilitou a aquisição de bem por preço superior ao de mercado.

Nessa situação hipotética, as condutas que exigem ação dolosa para sujeitar o servidor a responder por improbidade administrativa incluem a(s) conduta(s) mencionada(s)

- ☐ A apenas no item I.
- ☐ B apenas no item III.
- ☐ C apenas nos itens I e II.
- ☐ D apenas nos itens II e III.
- ☐ E em todos os itens.

Questão 45

Em determinado órgão público do estado do Pará, três servidores públicos pretendem requerer licença por motivo de doença em membro da família, conforme se segue:

- I Sandra, em razão de doença em seu sobrinho;
- II Lúcia, por doença de seu enteado;
- III Ana, devido a doença em seu padrasto.

Nessa situação hipotética, constitui(em) grau(s) de parentesco que possibilita(m) a concessão de licença por motivo de doença de membro da família aquele(s) citado(s)

- ☐ A apenas no item I.
- ☐ B apenas no item III.
- ☐ C apenas nos itens I e II.
- ☐ D apenas nos itens II e III.
- ☐ E em todos os itens.

Questão 46

Um estado da Federação extinguiu a concessão de certo serviço público, por motivo de interesse público, retomando o serviço, ainda durante a concessão, mediante lei autorizativa específica, e após prévio pagamento de indenização.

Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei n.º 8.987/1995, a extinção da concessão ocorreu por

- ☐ A convalidação.
- ☐ B encampação.
- ☐ C rescisão.
- ☐ D caducidade.
- ☐ E anulação.

Questão 47

Conforme as disposições da Emenda Constitucional n.º 103/2019 trazidas ao sistema previdenciário brasileiro, assinale a opção correta.

- ☐ A A criação de regime de previdência complementar pelas entidades federativas que possuam RPPS tornou-se obrigatória.
- ☐ B Tornou-se obrigatório o pagamento do abono de permanência a todos os servidores que, a despeito de reunirem os requisitos para aposentação, continuarem em atividade.
- ☐ C Fixou-se como regra permanente, para os servidores públicos federais, estaduais, distritais e municipais efetivos, a idade mínima para aposentadoria voluntária de sessenta e cinco anos para os homens e a de sessenta e dois anos para as mulheres.
- ☐ D Cada RPPS poderá estabelecer suas próprias regras, desde que seja obedecido o balizamento constitucional pertinente.
- ☐ E Até que sobrevenha lei complementar do ente federativo, o rol de benefícios dos RPPS fica limitado às aposentadorias por tempo de contribuição e por invalidez.

Questão 48

Caso o estado do Pará institua regime de previdência complementar para seus servidores, esse regime deverá contar, obrigatoriamente, com a previsão

- ☐ A de concessão de benefício definido, mediante contrapartida do estado de até 125% da contribuição do participante.
- ☐ B de que os benefícios sejam exclusivamente de contribuição definida.
- ☐ C de que, em caso de déficit atuarial, o estado realize aportes para resguardar o equilíbrio.
- ☐ D de benefícios decorrentes da invalidez permanente.
- ☐ E de que os patrocinadores, participantes e assistidos custeiem as despesas administrativas.

Questão 49

Maria, empregada doméstica, é separada judicialmente de João, autônomo, e possui com ele dois filhos: Joana, menor, e Vitor, com vinte e quatro anos, inválido. Maria não recebe qualquer auxílio financeiro de João.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- ☐ A Maria é considerada dependente de João para fins previdenciários.
- ☐ B A dependência financeira de Vitor a João deve ser comprovada por início de prova material.
- ☐ C A filiação de Maria ocorrerá com o pagamento da primeira contribuição à previdência social.
- ☐ D Para ser dependente de João ou de Maria, Joana deve ser inscrita na previdência social no momento do requerimento do benefício a que tiver direito.
- ☐ E A filiação de Vitor à previdência social deveria ser feita por João ou Maria na data da constatação da invalidez.

Questão 50

Marcos é oficial da Marinha Mercante brasileira há três anos.

Pedro é estagiário de um escritório de advocacia e recolheu seis contribuições facultativas à previdência social pela menor alíquota disponível.

Vânia é empregada da Caixa Econômica Federal há oito anos.

Acerca dessas situações hipotéticas, assinale a opção correta.

- Ⓐ Devido ao seu tempo de permanência na Marinha Mercante, Marcos já perdeu a qualidade de segurado.
- Ⓑ Caso esteja grávida, em gozo de salário-maternidade, Vânia deverá contribuir facultativamente para manter a qualidade de segurada.
- Ⓒ Após seis meses da última contribuição, Pedro perderá automaticamente a qualidade de segurado se deixar de contribuir para a previdência social.
- Ⓓ Caso seja demitida, Vânia manterá a qualidade de segurada por até trinta e seis meses.
- Ⓔ Caso fique doente e necessite parar de trabalhar por mais de quinze dias, Pedro poderá solicitar auxílio-doença à previdência social.

Questão 51

Assinale a opção correta acerca das contribuições para a seguridade social.

- Ⓐ Compete à justiça federal a execução, de ofício, das contribuições sociais devidas pelos empregadores e empregados.
- Ⓑ É vedada a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais incidentes sobre receitas de concursos de prognósticos para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do RGPS.
- Ⓒ A lei complementar é o veículo adequado para a instituição das fontes de custeio previstas na CF.
- Ⓓ Não incidem contribuições para a seguridade social sobre aposentadorias e pensões concedidas pelo RGPS.
- Ⓔ Com a reforma promovida pela Emenda Constitucional n.º 103/2019, as contribuições para a seguridade social só podem ser cobradas no exercício seguinte ao de sua instituição.

Questão 52

Manoel, empregado há doze meses como padeiro, sofreu acidente de trabalho que lhe deixou sequela impeditiva da continuidade de seu trabalho habitual.

Com referência a essa situação hipotética, ao auxílio-acidente e ao auxílio-doença, assinale a opção correta.

- Ⓐ O tempo de contribuição de Manoel não é suficiente para que ele tenha direito ao auxílio-acidente.
- Ⓑ Na situação considerada, é possível cumular o auxílio-acidente com o auxílio-doença.
- Ⓒ O valor do auxílio-acidente é calculado sobre o valor do salário- mínimo atual.
- Ⓓ O auxílio-acidente não gera direito ao recebimento de abono anual.
- Ⓔ Caso a sequela lhe cause a perda da audição, Manoel poderá solicitar o auxílio-acidente, ainda que inexistir o reconhecimento entre o trabalho e a doença incapacitante.

Questão 53

Considerando o entendimento jurisprudencial a respeito dos direitos da criança e do adolescente, assinale a opção correta.

- Ⓐ A superveniência da maioridade penal interfere na apuração de ato infracional e na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, inclusa a liberdade assistida.
- Ⓑ O MP tem legitimidade ativa para ajuizar ação de alimentos em proveito de criança ou adolescente, salvo se existir DP instalada no local.
- Ⓒ A oitiva do menor infrator antes de se decretar a regressão da medida socioeducativa pode ser dispensada pelo juiz, desde que mediante decisão fundamentada.
- Ⓓ Cuidando-se de medida socioeducativa aplicada sem termo, o prazo prescricional deverá ter como parâmetro a duração máxima da internação (três anos), e não o tempo da medida, que poderá efetivamente ser cumprida até que o socioeducando complete vinte e um anos de idade.
- Ⓔ O ato infracional análogo ao tráfico de drogas, por si só, conduz obrigatoriamente à imposição de medida socioeducativa de internação do adolescente.

Questão 54

Luísa, estudante com dezessete anos de idade, em comemoração a seu aniversário, sem avisar aos seus pais, resolveu viajar de avião com Pedro, seu namorado, com vinte e um anos de idade, com destino a Belém — PA, reservando, para tanto, um hotel na área portuária da cidade.

Acerca dessa situação hipotética e com base na disciplina prevista no ECA, assinale a opção correta.

- Ⓐ O ECA veda somente a hospedagem de crianças e adolescentes em motel, desacompanhadas de seus pais ou responsável, sendo permitida a hospedagem em hotéis ou estabelecimentos congêneres.
- Ⓑ Por ser adolescente, Luísa não poderá se hospedar no local escolhido sem portar expressa autorização de seus pais ou responsável.
- Ⓒ Constitui crime punido com pena de reclusão a conduta de hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congênere.
- Ⓓ Por ser adolescente, Luísa somente poderá viajar de avião com seu namorado mediante prévia e expressa concordância dos pais ou autorização judicial.
- Ⓔ A proibição contida na legislação, relativa à hospedagem em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, refere-se somente aos menores de até doze anos de idade incompletos, sendo, portanto, dispensável que os adolescentes estejam em companhia dos pais ou responsáveis, ou, mesmo, por estes autorizados a se hospedarem.

Questão 55

Com base no ECA e na jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta a respeito da adoção de criança e de adolescente.

- Ⓐ A adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo máximo e improrrogável de noventa dias.
- Ⓑ Exige-se o consentimento do adotando, se maior de dozes anos de idade, e que o adotante seja maior de vinte e um anos.
- Ⓒ É possível o deferimento de adoção *post mortem*, desde que o adotante, ainda em vida, haja manifestado inequivocamente a vontade de adotar o menor e que tenha havido a conclusão do procedimento de adoção quando o adotante ainda estava vivo.
- Ⓓ Excepcionalmente, admite-se a adoção por procuração quando o adotante estiver fora do Brasil.
- Ⓔ Os brasileiros residentes no exterior terão preferência aos estrangeiros, nos casos de adoção internacional de criança ou adolescente brasileiro.

Questão 56

Considerando as disposições da Lei n.º 12.594/2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), haverá a declaração de extinção da medida socioeducativa

- A pela morte da vítima.
- B pela aplicação de pena privativa de liberdade, a ser cumprida em regime fechado semiaberto ou aberto, em execução provisória ou definitiva.
- C quando o adolescente atingir a idade de dezoito anos.
- D por enfermidade grave do adolescente que o torne incapaz de submeter-se ao cumprimento da medida.
- E no caso de adoção.

Questão 57

No tocante às medidas socioeducativas, à remissão e à apuração de ato infracional atribuído a adolescente, assinale a opção correta à luz da legislação em vigor e da jurisprudência dos tribunais superiores.

- A A internação constitui medida privativa da liberdade e se sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
- B O regime de semiliberdade permite que o adolescente realize atividades externas, desde que haja autorização judicial.
- C Diante das particularidades e circunstâncias do caso concreto, o adolescente poderá ser internado com fundamento na reiteração no cometimento de outras infrações graves, contanto que tenha praticado, necessariamente, no mínimo, três atos infracionais anteriores.
- D A remissão, como forma de extinção ou suspensão do processo, poderá ser aplicada em qualquer fase do procedimento, inclusive, após a sentença.
- E A privação da liberdade de criança ou adolescente apenas é possível em situação de flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade penal competente.

Questão 58

Consoante o ECA, nas comarcas em que não haja conselho tutelar instalado, as atribuições desse órgão serão desempenhadas

- A pelo MP.
- B pelo delegado de polícia.
- C pela autoridade judiciária.
- D pelo conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente.
- E pela DP.

Questão 59

Segundo o STF, há princípios afetos à limitação material à ação normativa do Poder Legislativo que orientam o Estado a não agir imoderadamente ou com excessos no plano legislativo-tributário. São eles os princípios da

- A legalidade e da capacidade contributiva.
- B igualdade e da moralidade.
- C transparência e da uniformidade.
- D irretroatividade e da anterioridade.
- E razoabilidade e da proporcionalidade.

Questão 60

Julgue os itens a seguir, a respeito das espécies tributárias.

- I É nulo o consentimento prévio do particular beneficiário que aceita pagar contribuição de melhoria com base de cálculo superior ao *quantum* da valorização imobiliária, apenas quanto ao excesso.
- II Taxa e preço público se distinguem quanto à obrigatoriedade de pagamento: a taxa é cobrada com suporte em base legal e o preço público é de pagamento facultativo para quem deseja beneficiar-se por serviços prestados.
- III O depósito judicial destinado a garantir o juízo caracteriza empréstimo compulsório, haja vista sua índole confiscatória, sem a qual não pode o contribuinte exercer o seu direito de defesa em execução fiscal.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 61

Uma sociedade empresária de pequeno porte (EPP), com receita bruta anual de R\$ 540.000, optante pelo Simples Nacional, adquiriu 51% das cotas sociais de certa microempresa (ME), não optante do Simples Nacional, com faturamento bruto anual de R\$ 160.000.

Nessa situação hipotética, de acordo com o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, a referida operação acarretará

- A a manutenção do enquadramento originário, como ME e EPP, e a adesão de ambas ao Simples Nacional.
- B a manutenção do enquadramento originário, como ME e EPP, e a exclusão da EPP do Simples Nacional.
- C a alteração do enquadramento da ME para EPP e a adesão de ambas ao Simples Nacional.
- D a perda do enquadramento originário, de EPP e ME, de ambas as empresas e a exclusão do Simples Nacional da EPP.
- E a alteração do enquadramento da EPP para ME e a adesão de ambas ao Simples Nacional.

Questão 62

As espécies tributárias de competência dos municípios incluem

- A o ISSQN, o ITBI e o IPTU.
- B o IPI, o IPTU e o ITR.
- C o ICMS, o ITBI e o IPTU.
- D o ICMS, o ITCMD e o IPTU.
- E o ISSQN, o ITCMD e o IPTU.

Questão 63

Considerando que, em uma execução fiscal, o devedor indique semoventes, imóveis, veículos e títulos da dívida pública à penhora, assinale a opção que, de acordo com a Lei n.º 6.830/1980, apresenta a sequência correta para a penhora desses bens.

- A veículos – semoventes – imóveis – títulos da dívida pública
- B títulos da dívida pública – imóveis – veículos – semoventes
- C veículos – imóveis – semoventes – títulos da dívida pública
- D imóveis – semoventes – títulos da dívida públicas – veículos
- E títulos da dívida pública – veículos – imóveis – semoventes

Questão 64

De acordo com a Lei n.º 8.137/1990, o servidor público que, valendo-se de sua qualidade, defender interesse privado perante a administração fazendária cometerá crime funcional contra a ordem tributária, podendo ser punido com a pena de

- A) reclusão de um a quatro anos e multa.
- B) reclusão de dois a cinco anos e multa.
- C) detenção de seis meses a dois anos e multa.
- D) detenção de um a quatro anos e multa.
- E) detenção de dois a cinco anos ou multa.

Questão 65

Acerca das semelhanças e diferenças entre módulo rural e módulo fiscal, assinale a opção correta.

- A) O módulo fiscal é estabelecido com base em quatro fatores básicos: forma, dimensão, localização no município e aproveitamento econômico que se dá no município por esse imóvel.
- B) O módulo rural e o módulo fiscal se assemelham pelo fato de que ambos são expressos em unidades de hectares.
- C) O módulo fiscal é calculado para cada imóvel em separado, e sua área reflete o tipo de exploração predominante no imóvel, segundo sua região de localização.
- D) O módulo rural é estabelecido para cada município, e reflete a área mediana de todos os módulos rurais dos imóveis rurais do município.
- E) O módulo rural considera o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida pelo tipo de exploração predominante, outras explorações expressivas existentes no município e o conceito de propriedade familiar.

Questão 66

A respeito dos procedimentos para a seleção de trabalhadores rurais beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, julgue os seguintes itens à luz dos dispositivos legais aplicáveis ao tema.

- I Têm preferência na distribuição de lotes, nesta ordem, o indivíduo desapropriado, o trabalhador no imóvel desapropriado na data da vistoria de classificação e o desintrusado de outra área, por força de ações de interesse público, localizada no mesmo município do assentamento para o qual se destina a seleção.
- II Precede a qualquer outro interessado, na distribuição de lotes, o trabalhador rural sem-terra em situação de vulnerabilidade social, desde que inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.
- III Caberá ao INCRA a classificação dos candidatos a beneficiários do programa, com preferência da família em que a mulher casada ou em união estável seja a responsável pela maior parte do sustento material de seus dependentes.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas o item II está certo.
- C) Apenas os itens I e II estão certos.
- D) Apenas os itens II e III estão certos.
- E) Todos os itens estão certos.

Questão 67

A DP de determinado estado se manifestou, sem que houvesse contato prévio ou consentimento da comunidade em situação de vulnerabilidade social, econômica e financeira, em ação possessória multitudinária que envolve a ocupação irregular de trabalhadores rurais sem-terra em áreas pertencentes a determinado município.

Nessa situação hipotética, tendo em conta as disposições do CPC pertinentes à atuação da DP,

- A) em caso de ação coletiva, a DP deveria atuar como representante processual.
- B) caso houvesse contato e autorização prévia da comunidade, a DP atuaria como legitimada extraordinária em ação coletiva passiva.
- C) é dispensável a ação da DP, em razão da ausência de autorização prévia da comunidade ou de intimação do juízo para que atue no feito.
- D) como não houve contato prévio ou consentimento da comunidade, a DP deveria ter intervindo em nome próprio, na condição de legitimação extraordinária, em razão de autorização legal contida no CPC.
- E) o juízo, em caso de necessidade de apresentação de recurso, deve proibir a atuação da DP sob o argumento de ausência de previsão legal para tanto, já que a DP não é parte no processo ou representante da parte.

Questão 68

Em consonância com a legislação que regula aspectos diversos pertinentes à divisibilidade de imóvel rural para fins de transmissão, a qualquer título, assinale a opção correta.

- A) A divisibilidade em apreço é aplicável ao imóvel rural de área superior a quatro módulos fiscais cujo proprietário pratique atividades no meio rural com sua família.
- B) Poderá ser desmembrada ou dividida área cuja alienação, comprovadamente e sem ressalvas, seja destinada a sua anexação ao prédio rústico confrontante.
- C) A divisibilidade em questão é aplicável ao imóvel rural cuja área não seja inferior à do módulo calculado para o imóvel ou da fração mínima de parcelamento fixado na lei, com prevalência da de menor área.
- D) Poderá ser emitida concessão de direito real de uso ou título de domínio em programas de regularização fundiária de interesse social em áreas rurais, inclusive nas situadas na Amazônia Legal.
- E) Poderá ser desmembrado ou dividido o imóvel rural em dimensão inferior à do módulo, desde que o parcelamento tenha sido fixado pelo INCRA, em programas oficiais de apoio à atividade agrícola familiar cujos beneficiários sejam agricultores familiares que não possuam outro imóvel rural ou urbano.

Questão 69

O proprietário de propriedade agrícola privada com mais de 10.000 ha, com reduzido aproveitamento econômico e grau de utilização da terra inferior a 80%, com vistas à obtenção de benefícios legais, usando de má-fé, com a evidente intenção de prejudicar outrem, denunciou ao INCRA que sua propriedade fora invadida por trabalhadores rurais sem-terra, já inscritos em processo de cadastramento e seleção de candidatos ao acesso à terra do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) do governo federal.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** A propriedade em questão configura o que a legislação denomina de média propriedade rural, já que tem área superior a quinze módulos fiscais.
- B** Pela descrição da propriedade, considera-se que esta cumpre sua função social, nos termos definidos pela CF.
- C** Os trabalhadores rurais acusados pelo proprietário do imóvel rural, por terem concorrido para o conflito fundiário, serão excluídos do PNRA, perdendo seu direito de acesso à terra.
- D** Caso seja instaurado procedimento administrativo pelo poder público, para fins de desapropriação por interesse social do imóvel rural em comento, a indenização deverá ser feita em dinheiro.
- E** Constatada a simulação de invasão pelo proprietário, com vistas a não ter sua propriedade vistoriada, avaliada ou desapropriada, ele deverá ter cancelado o cadastro do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativa pecuniária, penal e civil cabíveis.

Questão 70

A instauração de regularização fundiária urbana (REURB) em imóveis rurais loteados irregular ou clandestinamente, desde que utilizados para fins urbanos,

- A** deverá ser feita a requerimento do prefeito de cada município cujas áreas devam ser regularizadas.
- B** será condicionada à prévia comprovação da função social dos imóveis nos núcleos urbanos informais ainda em consolidação, sobretudo as comunidades (favelas).
- C** deve determinar que os municípios ordenem o cumprimento das exigências relativas ao percentual e às dimensões de áreas destinadas ao uso público ou ao tamanho dos lotes regularizados.
- D** dependerá de uma análise de conveniência e oportunidade feita pelo município, o qual poderá dispensar algumas exigências dos parâmetros urbanísticos e edilícios.
- E** deverá prever o fracionamento do solo urbano mediante o loteamento (diferenciado pela abertura de novas vias de circulação ou modificação das vias existentes), o desmembramento (com aproveitamento do sistema viário existente) e o novel condomínio fechado ou horizontal.

Questão 71

Aquele que perseguir espécimes nativos da fauna silvestre sem a devida permissão estará sujeito a pena de

- A** reclusão, somente.
- B** reclusão e multa.
- C** detenção ou multa.
- D** detenção e multa.
- E** detenção com aumento e multa.

Questão 72

Dentro das possibilidades de política para a população em situação de rua, o modelo *housing first*

- A** pressupõe a existência de um *continuum* de estruturas e serviços.
- B** exige a participação prévia em programa de tratamento e reabilitação.
- C** coloca o acesso à habitação permanente e individualizada como ponto de partida.
- D** promove o acesso a uma habitação estável, embora transitória.
- E** permite que a moradia seja disseminada na comunidade, em zona residencial ou rural.

Questão 73

De acordo com a Resolução CNDH n.º 10/2018, quando se tratar de conflito fundiário coletivo, o juiz deverá, antes da apreciação da liminar, intimar a DP,

- A** caso se trate de patrimônio público.
- B** se não forem localizadas todas as pessoas afetadas.
- C** se houver interesse de menor.
- D** caso as partes não tenham constituído advogado.
- E** obrigatoriamente.

Questão 74

O ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, é normativamente definido como

- A** estudo de impacto ambiental.
- B** licença ambiental.
- C** licenciamento ambiental.
- D** licença de instalação.
- E** relatório de impacto sobre o meio ambiente.

Questão 75

O instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana é o(a)

- A** plano diretor.
- B** plano de desenvolvimento social.
- C** plano plurianual.
- D** zoneamento ambiental.
- E** autorização de uso e da ocupação do solo.

Questão 76

De acordo com a lei que instituiu o SNUC, a posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais nas reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável serão regulados por

- A** resolução.
- B** portaria.
- C** contrato.
- D** instrução normativa.
- E** decreto.

Questão 77

A respeito da legitimidade para acionamento do sistema internacional de direitos humanos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Para poderem apresentar petições à CIDH, as entidades não governamentais precisam ter *status* consultivo junto ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.
- Ⓑ Somente os Estados-partes e a CIDH têm direito de submeter caso à decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- Ⓒ Qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados-membros da organização, pode apresentar petições à CIDH, mas somente em seu próprio nome.
- Ⓓ O procurador do TPI não poderá agir de ofício para abrir um inquérito com base em informações sobre a prática de crimes da competência do tribunal.
- Ⓔ O Conselho de Segurança da ONU poderá denunciar ao procurador do TPI qualquer situação em que haja indícios de ter ocorrido a prática de um ou vários crimes de competência do TPI somente em relação aos Estados-partes do Estatuto de Roma.

Questão 78

No que diz respeito à promoção, proteção e garantia de direitos humanos à luz do direito constitucional brasileiro, assinale a opção correta.

- Ⓐ A competência para decidir acerca de incidente de deslocamento é do STF.
- Ⓑ Em casos excepcionais de ameaça aos direitos humanos, é assegurado o direito à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
- Ⓒ Os direitos e garantias expressos nos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte são reconhecidos no direito pátrio, desde que previstos na CF.
- Ⓓ Direitos fundamentais ou direitos humanos são os direitos previstos no texto constitucional.
- Ⓔ Somente a partir de 2013, mediante a aprovação de emenda constitucional, foram garantidos direitos sociais mínimos para o trabalho doméstico.

Questão 79

Assinale a opção correta a respeito das missões institucionais e competências da DP em matéria de direitos humanos.

- Ⓐ A CF inaugurou a menção expressa à promoção dos direitos humanos, colocando-a entre as incumbências da DP.
- Ⓑ Por ausência de previsão expressa na CF, a DP não tem legitimidade para propor ação civil pública.
- Ⓒ Um exemplo concreto da atuação da DP no que diz respeito aos direitos humanos das mulheres foi o *habeas corpus* coletivo impetrado em favor das mulheres em cárcere que se encontravam grávidas e de mães de crianças com até doze anos de idade.
- Ⓓ Por se tratar de órgão estatal, é vedado à DP atuar em ações contra entes federados.
- Ⓔ No que diz respeito ao acionamento do Sistema Internacional de Proteção de Direitos Humanos, a DP somente pode atuar no contencioso com denúncias de demandas individuais e coletivas, sendo-lhe vedado atuar na produção de relatórios e na participação em audiências solicitados por organismos internacionais.

Questão 80

Há exatos trinta anos, um novo tratado internacional sobre os direitos dos povos indígenas e tribais entrou em vigor no mundo: a Convenção 169 da OIT, um dos braços da ONU. Com referência a essa importante convenção, assinale a opção correta.

- Ⓐ A consulta prévia, livre e informada, prevista na convenção em apreço, restringe-se a empreendimentos que afetem o meio ambiente, não alcançando a política pública de saúde.
- Ⓑ A referida convenção limita-se aos direitos dos povos indígenas e, no Brasil, o ADCT trata dos direitos das comunidades remanescentes de quilombos.
- Ⓒ Por ter sido produzida e proclamada no âmbito da OIT, a referida convenção trata somente de direitos trabalhistas dos povos tradicionais.
- Ⓓ A convenção em apreço deverá ser aplicada a questões de ordem penal relativas aos povos indígenas.
- Ⓔ A data-limite para denúncia da citada convenção é 5/9/2023. Caso não o faça, o Brasil ficará obrigado a segui-la por mais dez anos.

Questão 81

Assinale a opção correta a respeito das condições e dos requisitos para peticionamento no sistema internacional.

- Ⓐ As violações de direitos humanos, dado o seu caráter de imprescritibilidade, podem ser apresentadas a qualquer tempo ao sistema interamericano de direitos humanos.
- Ⓑ A regra de esgotamento da jurisdição interna é absoluta diante do Pacto de San Jose da Costa Rica.
- Ⓒ O TPI não prevê condenações por pena de morte e utiliza o expediente da pena de prisão perpétua só excepcionalmente.
- Ⓓ O TPI somente pode julgar ação e omissão de Estados nos crimes de sua competência.
- Ⓔ Excepcionalmente, é possível acionar a CIDH antes de se passar pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Questão 82

Acerca de aspectos diversos relacionados ao crime de tortura e à prevenção e combate a esse crime no Brasil, assinale a opção correta. Nesse sentido, considere que a expressão “Protocolo Facultativo”, sempre que empregada, se refere ao Protocolo Facultativo à Convenção da ONU Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.

- Ⓐ O Brasil ainda se encontra em descumprimento ao Protocolo Facultativo porque não determinou que seus estados estabeleçam um sistema preventivo de visitas regulares a locais de detenção visando ao combate à prática da tortura.
- Ⓑ A definição do crime de tortura insere na Lei n.º 9.455/1997 segue a Convenção Contra a Tortura da ONU.
- Ⓒ O Protocolo Facultativo é um tratado de caráter majoritariamente principiológico.
- Ⓓ A tortura é um crime de oportunidade e pressupõe uma certeza de impunidade.
- Ⓔ A tortura foi inicialmente tratada quando da elaboração da convenção específica sobre o tema na Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.

Questão 83

A respeito de inquérito civil e da legitimidade na ação civil pública e na ação popular, julgue os seguintes itens.

- I De acordo com entendimento jurisprudencial do STF, pode ocorrer nulidade do inquérito civil por ausência de observância do princípio do contraditório, hipótese em que a nulidade se comunica à ação civil pública ajuizada com base no referido procedimento administrativo.
- II A legitimidade da Defensoria Pública para propor ação civil pública não se limita à atuação em nome dos carentes de recursos econômicos, abrangendo também outras formas de vulnerabilidade social, conforme a jurisprudência do STJ.
- III A Lei da Ação Popular permite o deslocamento de pessoa jurídica de direito público, apontada como ré na petição inicial, do polo passivo para o polo ativo da relação processual, caso essa medida se demonstre útil ao interesse público.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 84

Em determinada ação judicial ajuizada para tutela de direito da população idosa, a parte ré foi condenada a pagar multa prevista na Lei n.º 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).

Nessa situação hipotética, o valor da multa deve, de acordo com o Estatuto do Idoso, ser revertido

- A ao fundo de direitos difusos previsto na Lei n.º 7.347/1985 (Lei da Ação Civil Pública) e utilizado em prol de qualquer grupo coletivo, sem destinação específica.
- B ao fundo de direitos difusos previsto na Lei n.º 7.347/1985 (Lei da Ação Civil Pública), ficando vinculado ao atendimento ao idoso.
- C ao fundo do idoso, onde houver, ou, na falta deste, ao fundo municipal de assistência social, sem destinação específica nessa última hipótese.
- D ao fundo do idoso, onde houver, ou, na falta deste, ao fundo municipal de assistência social, ficando vinculado ao atendimento ao idoso.
- E a qualquer entidade, pública ou privada, conforme critério do magistrado, que tenha a finalidade institucional de zelar pela proteção do idoso.

Questão 85

Conforme regra presente na Lei da Ação Civil Pública, uma vez constatada a conexão entre diversas ações civis públicas que tramitem em diferentes órgãos jurisdicionais da mesma comarca, estará prevento para julgamento conjunto das ações conexas o juízo

- A em que ocorreu a propositura da primeira ação.
- B da ação em que foi realizada a primeira citação válida.
- C que atue na ação em fase processual mais avançada.
- D que atue na ação com objeto mais amplo.
- E indicado na lei de organização judiciária local para examinar ações coletivas conexas.

Questão 86

No que concerne à interpretação das regras constitucionais e legais referentes ao imóvel rural, o STF entende que é impenhorável para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva

- A pequena propriedade rural familiar constituída de um único terreno com área total inferior a dois módulos fiscais do município de localização.
- B pequena propriedade rural familiar constituída de mais de um terreno, desde que contínuos e com área total inferior a quatro módulos fiscais do município de localização.
- C pequena ou média propriedade rural constituída de um único terreno com área total inferior a oito módulos fiscais do município de localização.
- D pequena ou média propriedade rural constituída de um ou mais terrenos, contínuos ou não, com área total inferior a dez módulos fiscais do município de localização.
- E qualquer propriedade rural com área total inferior a vinte módulos fiscais do município de localização, desde que seu proprietário não possua outra propriedade rural.

Questão 87

De acordo com as regras procedimentais estabelecidas no Código de Processo Civil para as ações possessórias coletivas de força velha, será obrigatória a

- A intimação da Defensoria Pública para participar de audiência de conciliação, seja qual for a qualidade das partes.
- B apresentação de parecer técnico por parte de órgão público responsável pela política agrária ou urbana do município onde se situe a área do conflito.
- C designação de audiência de mediação, no prazo indicado em lei, antes da apreciação de pedido de concessão de medida liminar.
- D citação por oficial de justiça de todos aqueles que figurem no polo passivo, sendo vedada a citação por edital de qualquer um dos réus.
- E presença física do magistrado na área que é objeto do conflito, durante a instrução processual, sob pena de nulidade do procedimento.

Questão 88

De acordo com a jurisprudência do STF, deve ser considerada inconstitucional

- A a previsão, existente no Estatuto da Cidade, de cobrança de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo para fins extrafiscais.
- B a determinação, prevista em lei federal, de que locadoras de veículos disponibilizem um veículo adaptado a condutor com deficiência a cada conjunto de vinte automóveis de sua frota.
- C a exigência, prevista em norma estadual, de diploma de licenciatura específica para o exercício do magistério na educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental.
- D a regra existente no Estatuto do Idoso que assegura aos maiores de sessenta e cinco anos a gratuidade dos transportes coletivos públicos semiurbanos.
- E a proibição, contida em lei municipal, de utilização de fogos de artifício com efeitos sonoros ruidosos, seja qual for o critério utilizado pelo legislador local.

Questão 89

De acordo com a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça, caso seja julgada procedente ação civil pública proposta por associação para tutela de direitos individuais homogêneos de consumidores, com fundamento na Lei da Ação Civil Pública e no Código de Defesa do Consumidor, possuirão legitimidade para a liquidação e a execução da sentença

- A** apenas os indivíduos que sejam filiados à autora no momento da propositura da ação e que tenham dado autorização para ajuizamento da ação.
- B** apenas os indivíduos filiados à autora no momento da propositura da ação, independentemente de autorização específica para ajuizamento da ação.
- C** apenas os indivíduos que sejam filiados à autora no momento da decisão condenatória e que tenham dado autorização para ajuizamento da ação.
- D** apenas os indivíduos filiados à autora no momento da decisão condenatória, independentemente de autorização específica para ajuizamento da ação.
- E** todos aqueles beneficiados pela procedência do pedido, independentemente de serem filiados à associação autora da ação.

Questão 90

Apesar de morar no Brasil, Felipe viaja frequentemente para a cidade do Porto, em Portugal, por cursar mestrado nessa cidade. Em razão de sua situação, Felipe se interessou por um anúncio realizado por uma academia de ginástica situada no Brasil que prometia a possibilidade de utilização, sem qualquer custo adicional, de uma rede mundial de academias credenciadas, com unidade inclusive na cidade do Porto, o que o levou a realizar sua matrícula, mediante assinatura de contrato. Após esse momento, Felipe viajou para a cidade do Porto e compareceu a uma das academias credenciadas; no entanto, para sua surpresa, a unidade conveniada exigiu-lhe o pagamento de uma tarifa de uso. Indignado, Felipe entrou em contato com a unidade do Brasil, onde havia realizado sua matrícula, mas esta unidade informou que a expressão “sem qualquer custo adicional” utilizada em seu anúncio se referia à inexistência de acréscimo cobrado pela unidade brasileira, e não de eventual cobrança no exterior, de terceiro.

Com relação a essa situação hipotética, é correto afirmar que a academia de ginástica que realizou o referido anúncio

- A** veiculou publicidade enganosa, que se caracteriza como aquela que induz o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa a sua saúde ou segurança.
- B** veiculou publicidade abusiva, pois divulgou a informação falsa de que não haveria cobrança de custo adicional na unidade conveniada.
- C** não cometeu nenhuma irregularidade, porque não era obrigada a informar a Felipe a cobrança de taxa pela unidade conveniada na cidade do Porto.
- D** realizou publicidade enganosa por omissão, que se caracteriza pela falta de informação de dado essencial ao serviço.
- E** realizou publicidade que não vincula o contrato assinado por Felipe.

Questão 91

Cristina é uma confeitaria de renome que trabalha há mais de quinze anos produzindo bem-casados, doces recheados que são servidos a convidados em festas de casamento. Cristina não possui registro da atividade empresarial desenvolvida e atende seus clientes em sua própria residência, em Brasília, sendo a venda desses doces sua única fonte de renda. Maria e João, residentes em São Paulo, viajaram para Brasília com o intuito de encomendar bem-casados a Cristina, os quais seriam servidos na festa de casamento do casal. No dia da festa, realizada em São Paulo, os doces encomendados foram, então, entregues aos convidados; contudo, os pais de Maria, entre outros convidados, sofreram infecção gastrointestinal em razão da ingestão desses doces. Após análise técnica, verificou-se que os bem-casados servidos no evento, que foram vendidos e produzidos por Cristina, estavam impróprios para o consumo na ocasião.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Cristina se enquadra no conceito de fornecedor do CDC, pois fornece produtos com habitualidade e onerosidade; contudo, apenas Maria e João se enquadram na qualidade de consumidores na situação apresentada.
- B** Embora a atividade de Cristina não esteja devidamente registrada na junta comercial, ela pode ser considerada fornecedora à luz do CDC, e os convidados do casamento, na qualidade de consumidores por equiparação, poderão pedir indenização a Cristina.
- C** O CDC é aplicável ao caso, e Maria, João e todos os convidados que se intoxicaram após ingestão do referido produto são consumidores por equiparação e podem pedir indenização a Cristina; contudo, a inversão do ônus da prova somente poderá ser aplicada em favor de Maria e João, contratantes diretos.
- D** A atividade desenvolvida por Cristina não se enquadra no conceito legal de fornecedor do CDC, razão pela qual devem ser aplicadas ao caso as regras atinentes ao Código Civil.
- E** Caso Maria e João queiram propor ação de responsabilidade civil contra Cristina, essa ação deverá, de acordo com o CDC, ser ajuizada em Brasília, local da contratação.

Espaço livre

Questão 92

André dirigiu-se a uma concessionária a fim de adquirir um veículo novo mediante financiamento. No entanto, após iniciar os procedimentos de aquisição do automóvel junto à concessionária, André foi informado de que seu pedido de financiamento fora negado, sob o argumento de que seu nome estava negativado nos cadastros de proteção ao crédito. Buscando esclarecimento da situação, ele contactou a empresa responsável pelo banco de dados para obter informações acerca da referida negativação; contudo, a empresa negou-se a fornecer a André qualquer informação a esse respeito, comunicando que tal esclarecimento somente seria possível por meio de ordem judicial.

Em relação a essa situação hipotética, julgue os itens a seguir, quanto ao direito do consumidor.

- I A empresa agiu corretamente, pois exerceu seu legítimo de direito de negar informações ao consumidor.
- II Diante da recusa da empresa em fornecer as informações a André, o *habeas corpus* é o remédio jurídico mais adequado para garantir a ele o acesso às informações requeridas.
- III O consumidor tem direito a amplo acesso às informações constantes no banco de dados pertinente a sua pessoa, razão pela qual configura crime a recusa da empresa nessa situação hipotética.
- IV O *habeas data* é a forma legal adequada para garantir a André o acesso às informações acerca da referida negativação.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I e II estão certos.
- B** Apenas os itens I e IV estão certos.
- C** Apenas os itens II e III estão certos.
- D** Apenas os itens III e IV estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 93

Acerca do direito de arrependimento, julgue os itens a seguir.

- I O direito de arrependimento somente existe no caso de compras realizadas em loja física.
- II O direito de arrependimento pode ser exercido no prazo de sete dias, contados a partir do recebimento do produto, sendo obrigatória a apresentação de motivo para a desistência.
- III O prazo de arrependimento se inicia no ato da compra; logo, se o produto chegar à residência do consumidor após o prazo previsto, não poderá haver desistência.
- IV Exercido o direito de arrependimento, os valores pagos deverão ser devolvidos ao consumidor em forma de crédito para a aquisição de outros produtos do fornecedor.

Assinale a opção correta.

- A** Nenhum item está certo.
- B** Apenas o item I está certo.
- C** Apenas o item II está certo.
- D** Apenas o item III está certo.
- E** Apenas o item IV está certo.

Questão 94

João adquiriu um carro novo em uma concessionária em janeiro de 2020. No dia em que retirou da loja o automóvel, ele percebeu que o veículo fazia um ruído quando a embreagem era acionada, o que o levou a retornar à concessionária para verificar se havia algum problema. Ao conversar com os funcionários a respeito disso, foi informado de que o ruído era natural, uma vez que o motor era novo. Oito meses depois, ao retornar à concessionária para realizar a revisão de dez mil quilômetros do veículo, João, mais uma vez, queixou-se desse ruído, porém foi informado na ocasião de que o barulho era normal e de que se tratava de uma característica do modelo do carro adquirido. Uma semana depois, o veículo parou de funcionar e foi rebocado até a concessionária, lá permanecendo por mais de 60 dias. Em razão dessa situação, João acionou o Poder Judiciário, alegando vício oculto e pleiteando ressarcimento por danos materiais e indenização por danos morais.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- I Uma vez viciado o produto, o fornecedor tem 30 dias para sanar o vício; caso não o faça, o consumidor pode exigir a restituição da quantia paga.
- II Em se tratando de vício oculto, o prazo decadencial de 90 dias se inicia no momento em que fica evidenciado o defeito.
- III Reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor é causa de suspensão do prazo decadencial.
- IV Nessa situação, por se tratar de vício do produto, a responsabilidade entre a concessionária e o fabricante do veículo é solidária.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I e II estão certos.
- B** Apenas os itens I e IV estão certos.
- C** Apenas os itens II e III estão certos.
- D** Apenas os itens III e IV estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 95

A respeito das relações de consumo, assinale a opção correta.

- A** Não há relação de consumo quando se trata de produto ou serviço oferecido gratuitamente pelo fornecedor, em nenhuma hipótese.
- B** O CDC aplica-se às relações locatícias, equiparando-se o inquilino a consumidor.
- C** Os serviços públicos de água e saneamento, mesmo quando prestados diretamente pelo Estado, são objeto de relação de consumo.
- D** O CDC não se aplica aos contratos bancários nem às relações de caráter trabalhista.
- E** A responsabilidade civil dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.

Questão 96

Os membros da DP devem agir com presteza e zelo podendo ser responsabilizados pelas infrações disciplinares que cometerem. No que se refere às penalidades e ao procedimento disciplinar, assinale a opção correta.

- A** A remoção compulsória é possível quando o DP pratica infração disciplinar que torna incompatível a sua permanência no órgão de sua lotação original.
- B** Dispensa-se o inquérito administrativo na aplicação de penalidades, desde que se observe rigorosamente o princípio da ampla defesa no processo administrativo disciplinar.
- C** Em razão da independência entre as instâncias, a existência de sentença penal transitada em julgado que negue materialidade ou autoria não impede a aplicação de penalidade no bojo do processo administrativo disciplinar.
- D** Em obediência ao princípio da ampla defesa, os prazos no processo administrativo disciplinar devem ser rigorosamente observados, sendo o prejuízo à defesa presumido caso haja violação dos prazos previstos em lei.
- E** Caso a penalidade administrativa seja revista e o ato punitivo tornado sem efeito, os direitos atingidos pela punição serão restabelecidos, com exceção de eventual cessação de pagamento ocorrida pela aplicação de suspensão disciplinar.

Questão 97

A atuação da DP como curadora especial não é evento raro nem sem importância. A previsão legal encontra-se no art. 72, do CPC. Quanto à curadoria especial, é correto afirmar que

- A** sempre deverá ser nomeado curador especial ao incapaz, mesmo que este tenha representante legal, a fim de garantir a imparcialidade e proteção de seus melhores interesses.
- B** o DP, na condição de curador especial, deverá agir com cautela e presteza, impugnando os fatos de forma específica, da mesma forma em que estaria agindo em prol de uma parte assistida.
- C** a DP atua de forma atípica na função de curadora especial, visto que não há de se analisar se a parte é hipossuficiente financeiramente.
- D** não é cabível o pagamento de honorários sucumbenciais fixados ao final da demanda à DP quando há atuação na qualidade de curador especial.
- E** ao curador especial é defeso ajuizar ação autônoma de embargos à execução, visto que sua atuação limita-se à defesa da parte curatelada.

Questão 98

Considerando que a DP e suas prerrogativas e garantidas contribuem para o fortalecimento do Estado democrático de direito, assinale a opção correta.

- A** Para atuar diretamente no STJ, a DP de um estado deverá possuir representação em Brasília, caso contrário, as intimações daquele tribunal nos processos de interesse dessa DP serão direcionadas a cada um dos estados.
- B** Os DP devem ser inscritos na OAB para exercer suas atribuições e atividades fins.
- C** Apesar da validade geral dos atos de intimações por meios eletrônicos, existem situações em que é obrigatória a intimação pessoal dos envolvidos por oficial de justiça, como no caso das DP.
- D** Os órgãos da DP serão destinatários de honorários advocatícios se forem vencedores na causa, mesmo que a atuação tenha ocorrido contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença.
- E** É correta a postura do juízo que determina a apresentação de outorga de poderes pela DP, caso a petição inicial tenha sido instruída sem o referido documento.

Questão 99

A respeito da atuação da DP em prol da pessoa jurídica, assinale a opção correta.

- A** As pessoas jurídicas em dificuldades financeiras, como as microempresas, podem se valer do patrocínio do defensor público, desde que não tenham fins lucrativos.
- B** A CF somente menciona a assistência jurídica gratuita a pessoa física.
- C** A atuação da DP na qualidade de curadora especial em prol de pessoa jurídica é considerada atuação típica desse órgão.
- D** Ao contrário do que ocorre com pessoas naturais, não basta à pessoa jurídica asseverar a insuficiência de recursos; ela deve comprovar o fato de se encontrar em situação inviabilizadora da assunção dos ônus decorrentes do ingresso em juízo.
- E** Existe duplicidade de pessoas quando a pessoa física exerce atividade empresarial como microempresário; portanto, o indeferimento da assistência judiciária gratuita à pessoa física não implica indeferimento à pessoa jurídica.

Questão 100

Para a garantia de acesso à justiça ao hipossuficiente econômico, faz-se necessário o enfrentamento de conceitos como justiça gratuita e assistência judiciária gratuita. A esse respeito, é correto afirmar que

- A** a assistência judiciária gratuita engloba o serviço gratuito de representação em juízo da parte que requer e tem deferida a citada assistência pelo juízo.
- B** o juiz da própria causa é competente para o deferimento ou indeferimento do benefício da justiça gratuita.
- C** a justiça gratuita dispensa o pagamento de despesas processuais ordinárias, mas não impede a obrigação de custeio de honorários de atuação de perito, quando a perícia for necessária.
- D** a parte que ingressa sem a assistência de advogado em juízo e obtém deferimento da justiça gratuita pode, a qualquer tempo, exigir a representação pela DP.
- E** a parte patrocinada pela DP, como já comprovou sua hipossuficiência, fará jus automaticamente à gratuidade de justiça.

Espaço livre